



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 Às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos do dia 04 (quatro) de novembro de 2010, na Câmara
4 Municipal de Itaporanga na Paraíba, a Sra. Cybelle Frazão Costa Braga (Presidente) solicitou que
5 fosse verificado o quórum, o qual totalizou 26 membros. Para instalação da reunião são necessários
6 2/3 dos 40 membros em primeira chamada e em segunda chamada, após 30 minutos, com os cinquenta
7 por cento mais um do número de membros. Então, as 14h31minutos foi dado início à reunião, sendo
8 composta a mesa pelo Sr. Procópio (Vice-Presidente), Sra. Geny (1ª Secretária) e a Sra. Lourdes (2ª
9 Secretária). Foi passada a palavra para a Sra. Geny que colocou em discussão o primeiro ponto da
10 pauta: *Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária*. Como 05 membros alegaram não terem recebido a
11 minuta da Ata, Srs. Demilson Lemos de Araújo, Francisco Medeiros da Silva, José Rodrigues Filho,
12 Lourival Agostinho Florêncio e Luis Salviano foram consultados e dois deles quiseram que a mesma
13 fosse lida. A Sra. Geny solicitou a eles que enviassem o endereço correto e completo para evitar tais
14 transtornos. A Presidenta do Comitê efetuou a leitura das mais de 300 linhas em 07 páginas da Ata e
15 após sua leitura, a Sra. Geny falou para os presentes que aqueles que recebem as comunicações pelos
16 Correios, que antes das reuniões, 30 dias antes da data, período em que devem estar recebendo a
17 convocação, entrassem em contato com ela para informar se receberam ou não o material. Agradeceu a
18 leitura a Sra. Cybelle e pôs em votação a ATA da 3ª RO, tendo sido aprovada por unanimidade. Em
19 seguida, passou-se para o seguinte ponto de pauta: *Informes Gerais*: a Sra. Cybelle deu início aos
20 informes falando das correspondências expedidas e recebidas pela DC. Falou também da assinatura
21 dos dois decretos do Rio Grande do Norte e da Paraíba que reconhecem o CBH Piranhas-Açu como
22 Comitê Único, informando o número de ambos: 21.509 de 30 de dezembro de 2009/RN e 21.330 de
23 27 de maio de 2010/PB e que estão na página do Comitê, acrescentando que na assinatura do Decreto,
24 na Paraíba, estava também presente o Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA;
25 lembrou ainda que o que disser respeito a bacia hidrográfica, independente de situação geográfica, será
26 votado em conjunto no Comitê exceto definição sobre a cobrança de direito de uso que será decidido
27 por cada estado em seus estados. Informou ainda que o Ministério da Integração visitou os estados da
28 Região do Atlântico Nordeste Oriental para discutir sobre as operadoras que cada estado (Ce, RN, Pb
29 e Pe) deverá ter para a gestão das águas advindas da transposição do São Francisco. Que a agência
30 nacional que está sendo proposta se chamará Agência de Gestão das Águas do Nordeste Setentrional
31 (AGNES) e será criada por lei federal e que cada estado deve organizar a sua operadora e que a gestão
32 será de responsabilidade da ANA e Estados; o DNOCS continuará com suas competências A Sra.
33 Cybelle informou ainda sobre: - o convênio assinado pelo Estado da Paraíba através da AESA com o
34 DNOCS e a ANA para a operação de alguns açudes do Estado ; - a OSCIP que funcionará como
35 secretaria executiva do CBH PA e que a contratação da empresa encontra-se em processo de licitação;
36 e sobre o ofício do Ministério Público Federal através da Procuradoria da República no Município de
37 Caicó que solicitava indicar medidas eventuais a serem implementadas para garantir a potabilidade,
38 não poluição e vazão regular dos rios da BH do rio Piranhas-Açu e que foi respondido pela Diretoria
39 Colegiada, tendo sido lido os dois ofícios para os presentes; o Sr. Procópio solicitou que fosse tirado
40 cópia do ofício enviado ao MPF para ser entregue aos interessados, no que foi atendido e foram
41 distribuídas 10 cópias dos dois ofícios para os membros: Dayse (DNOCS), Demilson ((SEDAP),
42 Everaldo (CAGEPA), Francisco (COPIR), Francisco (STR JSeridó), João Tadeu ((Us-IA), José
43 Filho(Us-IA), Lourival(Us-PL), J.F.Queiroz(FIEP) e Sonia(Us-PL). O Sr. Procópio fez intervenções
44 sobre o assunto colocando o que ele pensava sobre a ação do MPF. Após os informes foram efetuados
45 alguns questionamentos: do Sr. Silvino que disse que essa operação com a AGNES, o DNOCS e a
46 ANA vai ser confusa e não entende como vai compatibilizar interesses, lembrando que o Piancó tem o
47 segundo maior volume d água da Paraíba, e sobre a contaminação das águas que soluções estão sendo
48 tomadas e que as coisas estão indefinidas; falou que o Comitê precisa levantar as questões de saúde
49 pública na Bacia do Piancó. O Sr. Procópio pediu questão de ordem e informou que o artigo 22 do



50 regulamento diz que não se pode fazer questionamento de Informes, que eles são apresentados e no
51 máximo são esclarecidos mas não questionados e propôs que retornasse a pauta. O Sr. Fernando
52 (PETROBRAS) perguntou sobre a reunião extraordinária que deveria ter ocorrido em Santa Luzia, que
53 foi respondido pelos senhores José Carlos, Cybelle e Geny, em resumo: só poderia ser realizada após a
54 análise e parecer da CTPI sobre os vários assuntos que eram pontos de pauta daquela reunião, que
55 necessitou várias reuniões para isto e como é necessário 15 dias para a convocação da reunião
56 extraordinária, o prazo ficou exíguo e muito próximo da 4ª reunião ordinária não sendo recomendado a
57 sua realização. O Sr. Francisco (PM Parelhas) falou sobre as pesadas multas que o IBAMA vem
58 aplicando, concentrado em uns poucos municípios em detrimentos de outros que também não estão
59 atendendo alguma legislação ambiental no que se refere a falta de equipamentos do saneamento básico
60 e pediu apoio do Comitê para tentar junto a alguns desses órgãos alguma solução para resolução sem
61 essas punições indiscriminadas; falou que seu município e sua região é uma das mais prejudicadas
62 quanto a questão ambiental; que o IBAMA só faz multar e não se cria condições para que se resolva.
63 Uma alternativa para ele seria então multar todos os municípios e não só alguns. Acha que o Comitê
64 pode ajudar as Prefeituras junto ao MPF e ao IBAMA pois falta recursos para resolver. O Sr. Fernando
65 da Petrobras disse que não falta dinheiro e que de fato não existe é projeto no que foi rebatido pelo
66 Prefeito reafirmando que faltam recursos. Muitos concordaram com o Prefeito. A Sra. Cybelle propôs
67 que este assunto fosse reapresentado após a apresentação do Ministério das Cidades sobre a Política
68 Nacional de Saneamento na manhã seguinte, e essa discussão se dará com mais propriedade e será
69 mais rica já que as empresas de saneamento dos dois estados estarão presentes no que foi prontamente
70 reforçado pelo Sr. José Carlos e aceita pelo Sr. Francisco. O Sr. José Rodrigues apresentou cinco
71 requerimentos, que foram recebidos e lidos para a plenária tendo sido informado que a secretaria do
72 Comitê dará o devido encaminhamento às instituições responsáveis pelo atendimento requerido. Logo
73 após, a Sra. Cybelle disse que tinha terminado os informes e perguntou se alguém tinha algo a
74 comunicar. A Sra. Geny informou aos presentes sobre o XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias
75 Hidrográficas organizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) que se
76 realizará em Fortaleza no período de 22 a 26 de novembro em Fortaleza com o apoio financeiro do
77 Estado do Ceará e da importância da participação dos membros do CBH Piranhas-Açu. E que as
78 inscrições, gratuitas, podem ser efetuadas pelo site que se encontra nos cartazes afixados nas paredes
79 ao lado da plenária e que os custos para a participação dos interessados devem ser solicitados às
80 instituições que os mesmos representam neste Comitê. A Sra. Cybelle informou que o Estado da
81 Paraíba está disponibilizando uma van para transportar dois interessados de cada um dos seus comitês
82 ao evento e que para o Piranhas-Açu também estão disponíveis 02 vagas para quem se interessar. Os
83 interessados devem entrar em contato com a Sra. Mirella Motta na AESA ou com a Diretoria do CBH
84 Piranhas-Açu. Em seguida passou-se para o terceiro ponto da pauta: apresentação do **Resultado da**
85 **Revisão do PNRH** pela 2ª secretária, a Sra. Lourdes. Em seguida, após intervalo para o lanche foi
86 passado para o quarto ponto da pauta **Análise e aprovação da minuta de resolução de conflitos** sendo
87 apresentado pelo Sr. Pío, coordenador da CTPI, o Parecer 002/2010-CTPI e indagado pelo Sr José
88 Carlos (ANA) se todos estavam cientes do que tratava a deliberação; tendo explicado qual a sua
89 função, a minuta da deliberação foi apresentada aos presentes. Foi colocado pela Sra. Cybelle que se
90 poderia deixar para o outro dia a votação da questão, pois alguns não tinham lido. O Sr. Ailton
91 colocou que não teria tempo para ler e daria seu voto favorável para os que formataram a deliberação
92 que considera que essas pessoas têm condições de fazer um bom documento. A minuta foi aprovada
93 por unanimidade apesar de não ter sido lida antes por alguns membros que continuam dizendo que não
94 estão recebendo as correspondências. A Sra. Geny solicitou que esses membros repassem seus
95 endereços completos outra vez, pois já é a terceira vez que ela faz a conferência dos mesmos e checkou
96 os e-mails de todos, reafirmando que quando enviados não estão retornando e para os que não tem e-
97 mail, as correspondências estão sendo enviadas regularmente pelos Correios e não entende como é que
98 eles estão recebendo as convocações e não recebem as outras correspondências. Foi dado
99 prosseguimento para o próximo ponto de pauta: **Apresentação da Disponibilidade Hídrica Atual pela**



100 *AESA e IGARN.* Pela Paraíba, a Sra. Cybelle inicialmente pediu desculpas pela ausência do técnico
101 responsável para apresentação do trabalho, o Sr. Laudízio, e que o arquivo repassado por ele não
102 estava sendo possível apresentar, portanto fez um resumo e apresentou os dados que lhe foram
103 possíveis apresentar sobre a disponibilidade hídrica na Bacia para que todos tivessem noção. O Sr.
104 José Silvino falou sobre a capacidade de acumulação na PB – 4,1 bilhões de m³ e do RN – 8 bilhões
105 de m³. Em seguida, o Sr. Nelson fez a apresentação do dados do RN, informando inicialmente um dos
106 objetivos do IGARN: "Avaliar a disponibilidade hídrica e a rede de monitoramento quantitativo e
107 qualitativo da bacia hidrográfica do rio Piranhas-Açu no RN". Informou ainda sobre: capacidade de
108 acumulação de mais de 1060 açudes (com menos de 1 milhão de m³) dos quais 995 são privados, 22
109 comunitários e 22 públicos; que com a capacidade de acumulação entre 1 e 5m³ milhão de m³, existem
110 22 açudes públicos e 15 privados e que em todo o Estado do RN, 18 açudes, com acumulação superior
111 a 10 milhões de m³, acumulam 29,33 bilhões de m³. Que o IGARN acompanha o monitoramento da
112 estação fluviométrica instalada e operada pela ANA, na divisa PB x RN. Que, através do Programa
113 Água Azul o IGARN faz o monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas do
114 Estado do RN. E por fim, apresentou dados do cadastro de usuários, outorga e de 09 adutoras que
115 captam em torno de 1.450 l/s de água na Bacia do CBH PA. Finda a apresentação foi aberto o espaço
116 para perguntas. o Sr. José Silvino indagou o que a AESA está fazendo quanto a qualidade de água do
117 Piranhas-Açu. A Sra. Cybelle falou sobre o trabalho da SUDEMA para monitoramento da qualidade
118 de água e sobre o Projeto Água Azul. Os debates prosseguiram até depois das 19h, quando foi dada
119 por suspensa a Assembléia que terá prosseguimento no dia seguinte a partir das 08:00horas. Às
120 8h15min do dia 05 de novembro de 2010 a presidenta Cybelle, o vice-presidente Procópio e as
121 secretárias Geny e Lourdes reabriram os trabalhos dando prosseguimento à reunião informando a
122 inversão dos dois próximos pontos de pauta para melhor operacionalização dos trabalhos, convidando
123 o Sr. Carlos Motta Nunes da Superintendência de Planejamento da ANA para fazer a apresentação da
124 *Política Nacional de Segurança de Barragens* que iniciou informando que a Lei 12.334/10 de 20 de
125 setembro de 2010, ainda com 45 dias de criação está sendo estudada em detalhes pela ANA para ser
126 difundida posteriormente. E durante a mesma explicou várias informações sobre a legislação, disse
127 que a ANA está vendo um modelo de TDR para segurança de barragens, falou das responsabilidades,
128 por exemplo, no caso de barragens de usos múltiplos a fiscalização é da ANA no caso federal e dos
129 órgãos estaduais no caso do Estado. Informando que esta Lei aplica-se a barragens destinadas à
130 acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação
131 de resíduos industriais que apresentem pelo menos uma das seguintes características: I - altura do
132 maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros); II -
133 capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000m³ (três milhões de metros cúbicos); e III -
134 reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis. Discorreu sobre
135 responsabilidades dos empreendedores, planos de segurança de barragens e de emergência e órgãos
136 fiscalizadores. O Sr. Eduardo (PETROBRAS) questionou se o Cadastro de Barragens, antigo, não
137 servirá de base ao novo cadastro com as informações antigas? E o Sr. Fernando, também da
138 PETROBRAS, perguntou sobre o limite de 15m de altura e como seria o monitoramento de barragens
139 acima de 3 milhões de m³ e se existia grandes barragens para resíduos perigosos no Brasil? O Sr
140 Carlos Motta respondeu que basta ter resíduos perigosos é considerado para controle e fiscalização
141 pois neste caso independe de limites de tamanho. A Sra. Cybelle perguntou se na lei não há previsão
142 de decreto de regulamentação e se ela se aplica as lagoas de estabilização de esgotos domésticos e que
143 na AESA, a equipe técnica já está discutindo essa Lei e como se daria no caso dos açudes federais que
144 estão em rios estaduais. O Sr. Nelson indagou como fica a situação quando o empreendedor é o
145 próprio órgão outorgante? E qual a frequência de monitoramento? O Sr. Carlos respondeu que estes
146 detalhes ainda estão sendo estudados pela ANA e que já surgiram muitos pontos de interrogação mas
147 estes ainda não tinham surgidos e quanto ao monitoramento a sua frequência é definida por quem dá a
148 outorga e o empreendedor é quem deve monitorar. O Sr Everaldo (CAGEPA) falou que o cadastro
149 serve a mesma lógica da fiscalização e que quem faz a barragem (o empreendedor) é o responsável

150 pela conservação da mesma e que a ANA já tem boa parte do cadastro das barragens estaduais. O Sr.
151 José Filho falou que na região do Piancó tem um problema gravíssimo com os agrotóxicos e que a
152 ANA deve tomar providência com relação a isto e colocou a questão do desmatamento no entorno dos
153 rios e açudes feito pelos agricultores. O Sr. Carlos respondeu que isto não é assunto de segurança de
154 barragem. O Sr. Eduardo lembrou que a lagoa de estabilização está prevista no item 2 do artigo 2º da
155 Lei que fala de reservatório que é a mesma coisa. A Sra. Cybelle questionou: 99,9% das barragens são
156 pré lei de segurança e aí? O Sr. Carlos informou que são pontos ainda em discussão na ANA, não só
157 técnica mas também jurídica e que a ANA pretende fazer uma oficina com os órgãos envolvidos para
158 discutir estes detalhes para regularizar as barragens antes da lei pois no que couber deve se
159 procurar um direcionamento único para essa regularização. O Sr. Procópio questionou sobre o caso de
160 açudes construídos em assentamentos que são administrados por associações que não têm condição de
161 tomar conta. Como resposta foi informado que ainda vão definir procedimentos de fiscalização e não
162 têm este exemplo. Informou de um caso de um açude de um espólio em Caicó que está para ver quem
163 vai resolver. O município pode consertar e mandar a conta para o dono. E quando o açude for da
164 comunidade? Se o a terra foi doada para construir o açude é responsável quem fez a obra. O Sr.
165 Hermano perguntou sobre a barragem na Paraíba que rompeu e aí, como se aplica a Lei neste caso? O
166 Sr. Carlos informou que a lei não pode retroagir. O Sr. Silvino informou que existe uma recomendação
167 que a partir da cota maior se deixe 100m para segurança da barragem e indagou se existe na lei algo
168 em termos de proteção de barragens, tendo como resposta que a Lei não trata deste assunto que cabe
169 ao órgão ambiental. Dando continuidade a reunião passou-se para ponto de pauta seguinte: *Análise e*
170 *aprovação dos termos de referência para contratação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia*
171 *Hidrográfica do rio Piranhas-Açu.* O Sr. Carlos Motta iniciou definindo o que são planos e quais seus
172 objetivos. E apresentou o plano de recursos hídricos como elemento norteador do gerenciamento de
173 recursos hídricos da bacia. Após esta explanação a Sra. Mirella apresentou o Parecer da CTPI e foram
174 abertas as discussões sobre o assunto. A Sra. Cybelle indagou sobre a realização das audiências
175 públicas previstas no plano de trabalho e no final ficou claro que nas mesmas tanto são apresentadas
176 informações como serão aceitas as sugestões que por ventura sejam apresentadas; o Sr. Procópio
177 informou que faria 03 observações: a primeira disse respeito a omissão no texto do capítulo da
178 descrição geral da Bacia no TDR, da fauna da região pois só faz menção a flora e acha importante
179 acrescentar alguma referência a fauna; a 2ª observação é sobre o papel dos municípios. Não encontrou
180 clareza sobre o papel e a importância dos municípios no Plano; e por fim, indagou qual é a
181 metodologia na mobilização - se haveria paridade na participação dos segmentos, se seria considerado
182 o movimento de massa ou reunião política. Quais os atores estarão presentes. O Sr. José Carlos
183 respondeu: 1º - o principal é o escopo, mas não impede que se acrescente algo sobre a fauna; 2º - os
184 municípios já estão representados através de várias prefeituras como membros do comitê; e por fim
185 que a mobilização vai ser construída ao longo do processo cabendo a nós(ANA) e ao Comitê. O Sr.
186 Francisco (PM Parelhas) pediu empenho do comitê para mobilizar o poder público municipal e que as
187 cidades pólo da região sejam mobilizadas para conscientizá-los da importância do Comitê para a
188 região. Que não sabe como, nem tem a fórmula de como fazer essa sensibilização mas considera muito
189 importante que seja feita e apela para o Comitê; disse que há dificuldades de reunir os prefeitos para
190 participar desses eventos. Que era necessário realizar ações para sensibilizar os prefeitos, esforços de
191 mobilização para conscientizá-los sobre a importância do Comitê. Ele disse que participa, mas que
192 precisa realizar atos de sensibilização de prefeituras, câmara de vereadores, sob pena de depois ter
193 muito enfrentamento pelos poderes. A Sra. Cybelle convidou o Prefeito para participar da próxima
194 reunião da Diretoria Colegiada e juntos verem como fazer isto e montar uma estratégia para essa
195 mobilização. Que já existe município que pode perder a vaga no Comitê por não comparecimento. A
196 falta da OSCIP também concorre para dificultar essa articulação. O Sr. Everaldo (CAGEPA)
197 perguntou: Termina o Plano e agora? Como implementar estes planos? O Sr. Carlos Motta respondeu:
198 que a ANA está discutindo isto e que depende basicamente das instituições envolvidas. O desafio é:
199 Como mobilizar as instituições? O CBH e a ANA tem o grande dever de promover a articulação; de



200 saber quem é a instituição responsável por fazer; o Plano tem que ser um instrumento de pressão
201 política, de pressão da sociedade para o governante usar o Plano. O Sr. Procópio informou que no RN
202 foram elaborados 8 planos e a empresa contratada sai quando termina e ninguém faz os projetos
203 executivos, estruturantes; fica esquecido e cai no vazio e que no Plano, no seu término, as empresas
204 deveriam ficar para elaborar os projetos.. O Sr. Carlos respondeu que no mérito seria isso, mas não se
205 pode legalmente fazer tal coisa e que existem travas administrativas que impedem de fazer estes
206 projetos e além do mais tem um custo para fazer estes projetos, e aqueles que são necessários só são
207 definidos ou verificada a sua necessidade no decorrer da elaboração do Plano. O Sr João Tadeu falou
208 sobre a divulgação das reuniões do Comitê e falou sobre a vaga da Prefeitura de Ipangaçu/RN, se
209 ainda existe e que vai articular com o Prefeito para sua participação e acha que as reuniões do Comitê
210 têm que ser mais divulgadas nos órgãos de comunicação. A Sra. Dayse falou que os membros
211 poderiam fazer essa divulgação. A Sra. Geny ressaltou a importância dessa comunicação, disse que a
212 CTPI criou o GT Comunicação, mas não está havendo essa divulgação que enquanto não tiver a
213 OSCIP todos têm que colaborar, que as reuniões são abertas ao público. Falou ainda que precisa
214 capacitar os membros do Comitê, principalmente aqueles que assumem coordenação. O Sr. Procópio
215 disse que a reunião é itinerante justamente para que haja a divulgação na região pelos membros locais
216 com entrevistas, falas em jornal. O Sr José Filho informou que antes de vir, falou na rádio sobre a
217 reunião e indagou se estava havendo manutenção da barragem do Saco em Nova Olinda/PB. O Sr.
218 Carlos respondeu que a Lei só tem 45 dias de idade e que a ANA está buscando fazer um protocolo de
219 ações e identificar os responsáveis para tomar providências. O Sr. Francisco (COPPIR) que é da região
220 disse não ouviu nenhuma notícia no rádio sobre a reunião. Encerrada a discussão sobre o TDR, a Sra.
221 Mirella efetuou a leitura da minuta de deliberação para aprovação do TDR para contratação do Plano
222 de Recursos Hídricos da Bacia. Ficou acertado que o Sr. Procópio até a próxima segunda feira
223 (08/nov) encaminharia via e-mail ao Sr. José Carlos um pequeno texto a ser incorporado ao capítulo
224 da Descrição da Bacia, algo sobre a fauna da região. Foi colocado em votação a Deliberação nº
225 07/2001 que aprova o Termo de Referência para contratação do Plano da Bacia, tendo sido aceita por
226 unanimidade. Após um intervalo de 15 minutos os trabalhos foram retomados iniciando-se com a
227 apresentação, pelo Sr. João Carlos do Ministério das Cidades sobre a *Política Nacional de*
228 *Saneamento e Planos de Saneamento Municipal*. Iniciou dizendo que se devia refletir sobre o que
229 representa para o Comitê, a lei de saneamento na formulação dos planos de saneamento. Que a Bacia
230 tem que ser adotada como referência e deve determinar estratégias, recursos e ações no plano de
231 saneamento. Falou da leitura que o MCidades faz da Lei 11.107 de 06abril2005 que é um instrumento
232 de gestão sustentável dos recursos hídricos, falou da fragilidade dos municípios, da importância dos
233 protagonistas dos estados, das grandes empresas de saneamento, das diretrizes para os serviços
234 públicos de saneamento básico, que o PLANSAB define diretrizes para alocação de recursos, e ainda
235 sobre: as competências constitucionais, para prestação de serviços públicos locais (CF, art. 30), direta ou
236 indireta (CF, art. 175), da gestão associada de serviços públicos (CF, art. 241 - EC nº. 19, de 1998) e
237 competência para regionalização de serviços públicos locais (CF, art. 25). Relacionou a Legislação relevante: Lei
238 nº 8.666, (21/jun/1993); Lei nº 8.987, (13/fev/1995); Lei nº 11.107, (6/abr/2005); Decreto nº 6.017,
239 (17/jan/2007); Lei nº 11.445, (5/jan/2007); Decreto nº 7.217, (21/jun/2010). E mais especificamente sobre a Lei
240 11.445/2007, informou: das diretrizes nacionais; dos princípios fundamentais para a prestação dos serviços
241 públicos de saneamento básico (art. 2º); do exercício da titularidade (Cap. 2, art. 9º.); da exigência de contrato de
242 prestação; das condições de validade dos contratos de prestação (art. 11);do Fundo de Universalização; das
243 funções da gestão dos serviços públicos de saneamento básico; da abrangência mínima do Plano Municipal (Cap.
244 IV, art. 19); das etapas de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico Participativos; do O Plano
245 Municipal (Cap.IV, art. 20); do instrumentos da regulação do titular; da gestão associada de serviços públicos;
246 do consórcio público; dos novos tipos de contrato criados pela Lei 11.107 e do seu impacto nos municípios, nos
247 estados, nos órgãos reguladores e nos prestadores de serviços. Ficou combinado um bloco de perguntas: O
248 Sr. Francisco (PM Parelhas) falou da incapacidade técnica dos municípios, que necessitam de apoio,
249 que a relação pessoal com o pessoal da CAERN é excelente mas que a CAERN institucionalmente é
250 um desastre. Que o contrato de concessão venceu em dez/2009 mas que assinou e que a CAERN está

251 ajudando a fazer o plano de saneamento. Que o município tem problema de contaminação do rio que é
252 afluyente do Piranhas-Açu, que as estações de tratamento de esgotos são insuficientes para tratar os
253 esgotos coletados; que o IBAMA está punindo 6 ou 7 municípios e o resto? Que devia uniformizar as
254 punições. Que há um excesso de burocracia que não deixa o dinheiro chegar na ponta; que o Seridó no
255 RN é a região mais avançada em termos de busca para regularizar a situação de saneamento. O Sr.
256 Everaldo da CAGEPA disse que a Lei é muito impactante para a CAGEPA, diz que a elaboração do
257 plano não é delegável e que o próprio município é quem tem que fazer mas no caso do RN a CAERN
258 está ajudando. Disse que a situação de deficiência no RN e PB são semelhantes. Na PB não se sabe
259 nem como conduzir o processo pois não sabe como articular com os municípios, se vai ter adesão dos
260 municípios, tem até problemas de outorga com a AESA. Indaga se a questão metropolitana vai ser por
261 decreto? O Sr. Nelson indagou quais os recursos no MCidades para a elaboração dos planos? A Lei dá
262 uma luz de como fazer os planos e que no PISF para ser outorgado disse que as cidades deveriam ser
263 saneadas e aí? Coloca que com a transposição do rio S. Francisco (PISF) para concessão as cidades
264 deveriam que ser saneadas. A Sra. Geny indagou se o prazo para conclusão do Plano era mesmo
265 dezembro de 2010. E aí, tem punição mesmo para o município que não fizer até esta data? O Sr.
266 Carlos respondeu que a Lei não é explícita quanto ao prazo fatal mas que toda concessão precária tem
267 que ser resolvida este ano. Que os planos de saneamento devem ser elaborados e revistos a cada 04
268 anos. Falou algo sobre o Decreto nº 7.217 que regulamenta a Lei Nº 11.445 e que diz que a partir de 2014,
269 o Plano deve coincide com o PPA e que só acessa recursos federal quem tiver o Plano. Que numa
270 visão de longo prazo, enxerga-se que poderá ocorrer a regularização do saneamento, se ainda se deixar
271 com o município esta tarefa. Que a região metropolitana quem cria é o Estado através de decreto. A
272 Sra. Cybelle falou do Pacto do Saneamento na Paraíba, realizado em articulação com a FAMUP, dos
273 223 municípios do Estado, sendo 7 reuniões por municípios pólos por bacia hidrográfica; que 137
274 cidades entraram na chamada da FUNASA e que a CAGEPA está fazendo um Plano, mas está com
275 dificuldade para conseguir os recursos para fazer os planos municipais, que está engessado com as
276 outorgas. O Sr. José Filho falou que a CAGEPA e a CAERN não divulgam o resultado das análises
277 das águas que os conselhos municipais de meio ambiente não foram criados. O Sr. Alcides indagou se
278 na transposição do rio São Francisco os municípios por onde as águas irão passar serão sancados? E
279 disse que o Comitê poderia recomendar aos municípios a criação de conselhos de meio ambiente. O
280 Sr. Procópio falou que: primeiro, que o país está criando o sistema integrado de políticas. Disse, ainda
281 que se faça uma reforma tributária e que a descentralização venha com os respectivos recursos e que
282 todos os sistemas sejam descentralizados, denota-se caminho para privatização. Acha que o Comitê
283 deveria fazer um grande debate no semi-árido sobre a privatização da água; sobre a questão dos
284 fundos, disse que os investimento e manutenção seriam através de Fundo pra os recursos hídricos, mas
285 que no Brasil não se mantém, e que não viu com clareza de onde vem os recursos. Acredita que os
286 serviços de saúde devem ser públicos. O Sr João Carlos respondeu que no PAC II está colocado
287 recursos para os planos. Entende que a atuação do Governo Federal é complementar na elaboração dos
288 planos. O que fragiliza o sistema integrado é a questão dos recursos. Quanto a privatização foi a partir
289 de 1988 que essa questão passou a permear os recursos e sistemas com maior vulnerabilidade a partir
290 de janeiro de 2011; a Lei das Concessões de 1995 deu prazo de 5 anos para renovar concessões. Até
291 2007 os contratos precários deveriam ter sido resolvidos. Precário ou sem contrato tem fazer o plano
292 até dezembro de 2010. Após a discussão a Sra. Cybelle agradeceu a presença e a brilhante palestra e
293 discussão feita sobre o assunto saneamento ao Sr. João Carlos Machado. Por fim passou-se para o
294 último ponto de pauta: **Outros assuntos.** Em seguida solicitou a Sra. Mirella que fizesse a
295 apresentação da proposta de Agenda do comitê para 2011, mas antes perguntou se alguém teria
296 alguma informação ou questão a acrescentar. A Sra. Dayse falou sobre reunião com o pessoal do
297 açude Santo Antonio (Sabugi), da vistoria no açude pela CEST-RN e das providências do DNOCS. O
298 Sr. Procópio contestou informando que o DNOCS ainda não consertou a comporta e que embora
299 tenham sido dados esses passos nada foi efetivado e continua a perda de água e sugeriu que o Comitê
300 enviasse uma correspondência ao DNOCS com um abaixo assinado. Que o CBH vai encaminhar um



301 abaixo assinado da comunidade para agilizar os trabalhos de conserto da comporta pelo DNOCS. A
302 Sra. Dayse informou que essa providência está sendo encaminhada pelo DNOCS e que está em
303 processo de contratação os serviços. Que o DNOCS, como outras instituições públicas é regido pela
304 Lei das Licitações e que não pode contratar nada sem seguir os trâmites legais. Ficou combinado que a
305 Diretoria Colegiada vai fazer uma correspondência ao DNOCS indagando sobre o andamento das
306 providências, pois está estabelecido um conflito e vai solicitar providências imediatas. A Sra. Cybelle
307 apresentou a Agenda de Atividades do Comitê prevista para o ano de 2011 e finalizou pedindo maior
308 participação dos membros. Que visitem mais a página do Comitê, que procurem mais a Diretoria, que
309 não fiquem esperando só pela reunião ordinária. Apelou para que todos os membros fossem mais
310 proativos para que o Comitê se fortaleça cada vez mais. O Sr. Procópio corroborou dizendo que o
311 membro colabore informando na própria instituição que representa. Que ele tem essa prática de relatar
312 os assuntos das reuniões na sua instituição. A Sra. Cybelle informou que o Comitê vai levantar a
313 questão da participação e vai atender ao Regimento Interno e fazer cumprir. O Sr. Silvino solicitou que
314 o Comitê convocasse o responsável pelos serviços no açude Saco para falar como está sendo feito.
315 Que o açude Canoas faz parte do sistema do Saco e não foi concluído. João Alves Sobrinho
316 (aposentado do MAPA) falou sobre a mudança do nome do Comitê para incluir o nome Piancó, que
317 isso teria que ser ouvido o IBGE e o governo do Estado. Que o Comitê não tem competência para isso,
318 apenas pode organizar. A Sra. Cybelle agradeceu a todos, em especial a prefeitura de Itaporanga e
319 desejou Feliz Natal e ótimo Ano Novo a todos. A Sra. Geny agradeceu a presença, a participação e a
320 colaboração de todos e deu por encerrada a reunião. Esta ata foi lavrada e assinada por nós, Maria
321 Geny Formiga de Farias e Maria Lourdes Barbosa de Sousa seguido das assinaturas da Diretoria
322 Colegiada.

Itaporanga/PB, 05 de novembro de 2010.



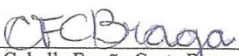
Maria Geny Formiga de Farias



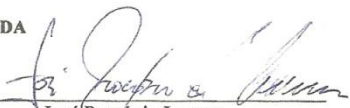
Maria de Lourdes Barbosa de Sousa

Secretárias da 4ª Reunião Ordinária


DIRETORIA COLEGIADA




Cybelle Frazão Costa Braga
Presidente



José Procópio Lucena
Vice-Presidente



Maria Geny Formiga de Farias
1ª Secretária



Maria de Lourdes Barbosa de Sousa
2ª Secretária



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

4ª Reunião Ordinária do CBH Piranhas Açu

Local: Câmara Municipal de Itaporanga-PB
Endereço: Av. Getúlio Vargas, S/N Centro

Data: 04 e 05 de novembro de 2010
Horário: 14:00 às 18:00 h e 08:00 às 13:00h

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
01	Marco José Melo Neves	Titular	SRHU-MMA	PPF	
02	Daniilo Augusto Santos de Magalhães	Suplente	"		<i>D. Magalhães</i>
03	Maria de Lourdes Barbosa Sousa	Titular	DNOCS-MI	PPF	<i>M. Sousa</i>
04	Dayse Fontenelle de Melo Antunes	Suplente	"		<i>Dayse Fontenelle de Melo Antunes</i>
05	Eloízio Henrique Henriques Dantas	Titular	SEMARH/PB	PPE	
06	Maria de Fátima Menezes	Suplente	"		
07	Cybelle Frazão Costa Braga	Titular	AESA	PPE	<i>CFCBraga</i>
08	Mirella Leôncio Motta e Costa	Suplente	"		<i>M. Costa</i>
09	Demilson Lemos de Araújo	Titular	SEDAP	PPE	<i>Demilson Lemos de Araújo</i>
10	Genival Soares da Silva	Suplente	EMATER/PB		
11	Félix Antônio Lins Fialho	Titular	SEMARH/RN	PPE	
12	Laélia Maria Lira Ferreira de Melo	Suplente	"		



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

4ª Reunião Ordinária do CBH Piranhas Açu

Local: Câmara Municipal de Itaporanga-PB
Endereço: Av. Getúlio Vargas, S/N Centro

Data: 04 e 05 de novembro de 2010
Horário: 14:00 às 18:00 h e 08:00 às 13:00h

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
13	Celso de Macedo Veiga	Titular	IGARN	PPE	
14	Nelson César Fernandes Santos	Suplente	"		<i>Nelson César Fernandes Santos</i>
15	Leonardo Tinoco	Titular	IDEMA	PPE	
16	Sérgio Luiz Macedo	Suplente	"		
17	José Silvino Sobrinho	Titular	PM Itaporanga	PPM	<i>José Silvino Sobrinho</i>
18	José Geraldo Leite Mororó	Suplente	PM Piancó		<i>José Geraldo Leite Mororó</i>
19	Manoel Dantas de Sousa	Titular	PM Veirópolis	PPM	
20	Claudineide Baltazar da Silva	Suplente	PM Poço Dantas		
21	Bevilácqua Matias Maracajá	Titular	PM Juazeirinho	PPM	
22	Nabor Wanderley da Nóbrega	Suplente	PM Patos		
23	Francisco Assis de Medeiros	Titular	PM Parelhas	PPM	<i>F. Assis de Medeiros</i>
24	Alexandre Dantas de Medeiros	Suplente	PM Carnaubais		



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

4ª Reunião Ordinária do CBH Piranhas Açu

Local: Câmara Municipal de Itaporanga-PB
Endereço: Av. Getúlio Vargas, S/N Centro

Data: 04 e 05 de novembro de 2010
Horário: 14:00 às 18:00 h e 08:00 às 13:00h

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
25	Leonardo da Silva Oliveira	Titular	PM Ipanguaçu	PPM	
26	Genilson Medeiros Maia	Suplente	PM São Fernando		
27	Laudízio da Silva Diniz	Titular	ABRH	SC – ITEPs	
28	Carlos Roberto de Lima	Suplente	UFCG		
29	Salomão de Sousa Medeiros	Titular	INSA	SC – ITEPs	
30	Ilauro de Souza Lima	Suplente	UEPB		
31	Hermano de Oliveira Rolim	Titular	IFPB	SC – ITEPs	<i>Hermano Oliveira Rolim</i>
32	José Rolim Dias	Suplente	CREA		
33	Renato de Medeiros Rocha	Titular	UFRN	SC – ITEPs	<i>Renato de Medeiros Rocha</i>
34	Francisco Afrânio Câmara Pereira	Suplente	UERN		
35	Francisco Pio de Souza Antas	Titular	IFRN	SC – ITEPs	<i>Francisco Pio de Souza Antas</i>
36	Josemá de Azevedo	Suplente	ABES		



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

4ª Reunião Ordinária do CBH Piranhas Açu

Local: Câmara Municipal de Itaporanga-PB
Endereço: Av. Getúlio Vargas, S/N Centro

Data: 04 e 05 de novembro de 2010
Horário: 14:00 às 18:00 h e 08:00 às 13:00h

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
37	Maria do Socorro Gouveia	Titular	UAMA	SC – Ongs	
38	Ailton de Sousa Pereira	Suplente	STR Souza		<i>Ailton de Sousa Pereira</i>
39	Francisco Lima Carneiro	Titular	COPIR	SC – Ongs	<i>Francisco Lima Carneiro</i>
40	Severino Jerônimo Ricarte	Suplente	NIR		
41	Joaquim Araújo de Melo Neto	Titular	SOS Sertão	SC – Ongs	<i>Joaquim Araújo de Melo Neto</i>
42	Júlio César Nóbrega Gadelha	Suplente	Ag. Mandala		
43	José Procópio de Lucena	Titular	SEAPAC	SC – Ongs	<i>José Procópio de Lucena</i>
44	Dario Gaspar Nepomuceno	Suplente	Carnaúba Viva		
45	Francisco Medeiros da Silva	Titular	STRJ Seridó	SC – Ongs	<i>Francisco Medeiros da Silva</i>
46	Pedro Paulino Cruz	Suplente	STR Florânia		
47	Alcides Carneiro de Moraes	Titular	CA São João Sabugi	SC – Ongs	<i>Alcides Carneiro de Moraes</i>
48	José Adenilson de Medeiros	Suplente	ADCE-Carn.Dantas		



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

4ª Reunião Ordinária do CBH Piranhas Açu

Local: Câmara Municipal de Itaporanga-PB
Endereço: Av. Getúlio Vargas, S/N Centro

Data: 04 e 05 de novembro de 2010
Horário: 14:00 às 18:00 h e 08:00 às 13:00h

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
49	Alberto Gomes Batista	Titular	CAGEPA	Us Abast	
50	Everaldo Pinheiro do Egito	Suplente	"		
51	Maria Geny Formiga de Farias	Titular	CAERN	Us Abast	
52	Wellington Assis Queiroga	Suplente	"		
53	Francisco de Assis Benevides Gadelha	Titular	FIEP	Us IM	
54	Maysa Ayres da Motta Benevides Gadelha	Suplente	FIEP		
55	Fernando Carvalho Ribeiro	Titular	PETROBRAS	Us - IM	
56		Suplente	MHAG		
57	Vargas Soliz Pessoa	Titular	FIERN	Us - IM	
58	João Leônidas Medeiros Neto	Suplente	ACEVALE		
59	Clemilson Jackson Barros Lacerda	Titular		Us - Aqc	
60	José Geraldo Gomes	Suplente			



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

4ª Reunião Ordinária do CBH Piranhas Açu

Local: Câmara Municipal de Itaporanga-PB
Endereço: Av. Getúlio Vargas, S/N Centro

Data: 04 e 05 de novembro de 2010
Horário: 14:00 às 18:00 h e 08:00 às 13:00h

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
61	Orígenes Monte Neto	Titular	Três M	Us – Aqc	
62	Rômulo Amado de Araújo	Suplente	Q Galvão		
63	Lourival Agostinho Florêncio	Titular	C. Pescadores	Us – PL	<i>Lourival Agostinho Florêncio</i>
64	Edmilson Araújo Fernandes	Suplente	“		
65	Sonia Maria de França	Titular	C. Pescadores	Us – PL	<i>Sonia Maria de França</i>
66	Manoel do Nascimento Silva	Suplente	“		
67	Geudiano de Souza	Titular		Us – IA	<i>Geudiano de Souza</i>
68	Maria de Fátima Freitas	Suplente	AUA Lagoa Arroz		
69	José Rodrigues Filho	Titular		Us – IA	<i>José Rodrigues Filho</i>
70	Antônio José de Souza	Suplente			
71	Josué Diniz de Araújo	Titular		Us – IA	
72	Abraão Xavier de Souza	Suplente			





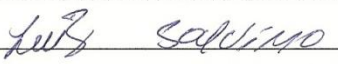
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

4ª Reunião Ordinária do CBH Piranhas Açu

Local: Câmara Municipal de Itaporanga-PB
Endereço: Av. Getúlio Vargas, S/N Centro

Data: 04 e 05 de novembro de 2010
Horário: 14:00 às 18:00 h e 08:00 às 13:00h

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
73	Francisco Darlos Medeiros de Aquino	Titular		Us - IA	
74	João Tadeu de Araújo	Suplente			
75	Wirlan Barros de Oliveira	Titular		Us - IA	
76	Hérica Ferreira	Suplente			
77	Eugênio Fonseca Pimentel	Titular		Us - IA	
78	Francisco Chagas dos Santos	Suplente			
79	Antônio Saraiva de Queiroz	Titular		Us - IA	
80	Luiz Salvino	Suplente			



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU

4ª Reunião Ordinária do CBH Piranhas Açu

Local: Câmara Municipal de Itaporanga-PB
Endereço: Av. Getúlio Vargas, S/N Centro

Data: 04 e 05 de novembro de 2010
Horário: 14:00 às 18:00 h e 08:00 às 13:00h

LISTA DE PRESENÇA OUTROS PARTICIPANTES

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	FONE	E-MAIL
01	José Carlos de Oliveira	ANA/SA6	61 2109 5339	ZECARLOS@ANA.GOV.BR
02	Severino Pereira de Sousa Junior	MESA IPB	83 99826130	Severino@aleng-pb.gov.br
03	João Eneas Sobrinho	AMVAP	83 883070	joao.enf@gmail.com
04	EDUARDO M. BOSSA	POTROBRAS	21 32290477	EM BOSSA@POTROBRAS.COM.BR
05	Chico José de Paulo (CHICOJÓ)	BLOG DIFERENCIAL	91022559	chicojbsol@yahoo.com.br
06	Francisco de Paula	FIST	88 294188	
07	Paulo Ramires Guilhermes	CÂMARA MUN. DE ITAPORANGA	99074877	ramerio@gmail.com
08	José Valeriano de Fonseca	Vincador, CM de Itaporanga	(83) 3451-2717	-
09	Carlos Motta Moraes	S / ANA	(61) 2109-5366	carlos.motta@ama.gov.br
10	JOÃO Carlos Machado	SINSA/M. Cidadania	(61) 2108 1366	joaocarlos.machado@adadesa.br
11				
12				